



A Arte de ser Pequeno: a relação entre crescimento organizacional e trabalho artesanal

Cláudio Aurélio Hernandes (Uninter) - claudioah@gmail.com

Resumo:

Esse artigo aborda a relação entre a dinâmica do trabalho artesanal e sua relação com o crescimento organizacional. Discute-se que a demanda para o crescimento advém de uma lógica comum às organizações modernas orientadas para o mercado, mas que nas organizações tradicionais de trabalho artesanal a dinâmica do trabalho estabelece limites para o crescimento. A pesquisa de campo foi realizada em um período de oito meses em uma cutelaria tradicional situada em Curitiba.

Palavras-chave: *Crescimento organizacional, trabalho artesanal, cutelaria artesanal*

Área temática: *GT-21 Organizações Alternativas e Contra Hegemônicas*

Submissão de texto completo – GT 21

A ideia de que as organizações devem necessariamente crescer o quanto puderem e que isso depende de uma boa e bem implantada estratégia organizacional parece permear o imaginário de administradores estudantes e muitos pesquisadores organizacionais. Grande parte das teorias e modelos gerenciais preconizam meios de fomento ao processo de crescimento (Ansoff, 1965; Barney, 1996; Harvard, 1998; Mintzberg, 1994; Porter, 1980). Nesse contexto, o crescimento organizacional é sinônimo de sucesso e vem atrelado a outros termos muito disseminados no mundo dos negócios como eficiência, estratégia, competitividade, qualidade e diferencial competitivo. Boa parte da literatura associa o ato administrativo quase como sinônimo de crescimento dando a ideia de que isso é sinônimo de desenvolvimento, progresso e prosperidade (SACHS, 2010, JACKSON, 2009).

Nesse contexto, a visão dominante é a do crescimento organizacional necessário, ilimitado e naturalizado. Há a naturalização da ambição do crescimento como objetivo orientador da atividade empresarial. Segundo Penrose (1959, p. 1) crescimento é *“increase in size or an improvement in quality as a result of a process of development (...) in which an interacting series of internal changes leads to increases in size accompanied by changes in the characteristics of the growing object”*. Embora a autora tenha incluído a ‘qualidade’ no conceito de crescimento, a literatura especializada parece priorizar o fator quantitativo e financeiro. Assim, relatórios organizacionais costumam apresentar em negrito lucro, vendas, retorno sobre ativos (ROA), retorno sobre patrimônio líquido (ROE) (ACHTENHAGEN, NALDI, & MELIN, 2010; DELMAR, 1997; PENROSE, 1959; STARBUCK, 1971; WEINZIMMER, NYSTROM, & FREEMAN, 1998).

Não obstante a esse contexto, algumas organizações optam por se manterem pequenas. O presente artigo apresenta uma investigação que buscou compreender como e por que pequenas organizações de trabalho artesanal se mantêm pequenas mesmo havendo pressões para o crescimento. A seguir serão apresentadas reflexões teóricas acerca do crescimento organizacional, do trabalho artesanal, os procedimentos metodológicos, resultados e considerações finais.

CRESCIMENTO ORGANIZACIONAL

A questão do crescimento organizacional nos estudos organizacionais tem se pautado sobretudo em análises que privilegiam aspectos de estratégia, econômicos e financeiros. O estudo da estratégia foi, por muito tempo, a tentativa de explicar como e algumas organizações adquiririam vantagens competitivas sobre as outras (Mintzberg, 1994; Porter, 1980). Entre estes estudos ainda poderíamos classificar aqueles mais descritivos daqueles prescritivos. Estes últimos dando mais atenção ao oferecimento de condutas que, quando seguidas pelas organizações, proporcionariam a competitividade desejada.

No processo de revisão da literatura sobre o crescimento, analisou-se inicialmente artigos publicados nos eventos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (EnANPAD, EnEO, EnPQ, 3ES e EnGPR) e em 32 periódicos nacionais. No período compreendido entre 2004 e 2014 foram encontrados 130 artigos que tratavam de algum aspecto relacionado ao crescimento. Em um primeiro momento, considerou-se todos os artigos que tratavam do termo crescimento. Descartando artigos duplicados (publicados em anais e posteriormente em periódico) e não alinhados a estudos organizacionais, restaram 107 artigos. No passo seguinte, foram criadas categorias de referência para agrupar as publicações de acordo com sua postura diante do tema crescimento.

Com isso foi possível criar um quadro que, embora parcial, possibilita uma visualização panorâmica da alocação do termo crescimento. Metade das publicações relacionam crescimento à estratégia, inovação, competitividade e aspectos financeiros. A grande maioria dos trabalhos apresentados tem o crescimento com um objetivo organizacional ou como a consequência de uma bem estruturada agenda estratégica. Crescimento como resultado, objetivo ou ligado aos processos de estratégia, inovação ou de competitividade. Vantagem competitiva, diversificação, estratégias de fusões e aquisições, mudança estratégica, relação entre estratégia inovação e crescimento. Contribuições de estratégia e inovação para o crescimento. A relação entre crescimento e aspectos financeiros, sendo o próprio crescimento financeiro uma das definições de crescimento. Estudos sobre crescimento financeiro costumam associar alavancagem financeira com os determinantes financeiros para o crescimento, bem como a estrutura de capital e sua relação com o crescimento.

Aspectos econômicos costumam levar em conta a teoria da firma, aspectos do crescimento econômico, gestão de recursos e a relação entre crescimento e acesso a recursos. Algumas vezes aspectos do crescimento regional e políticas públicas são considerados ou relacionados ao crescimento organizacional. Sobretudo, como do ponto de vista do desenvolvimento local ou do crescimento econômico regional.

A promoção do desenvolvimento é associada ao sucesso alcançado pelo crescimento das empresas. Alguns estudos apresentam a trajetória de organizações como sinônimo de sucesso. Em alguns casos, o papel do empreendedor é destacado nesse processo como condicionante ou facilitador do crescimento. Fatores que condicionam ou dificultam o crescimento também são foco de atenção e são descritos como desafios na superação de limites. O quadro 1 apresenta de forma resumida o conjunto das publicações analisadas.

Não apenas no Brasil, mas em outros países, pequenas empresas representam a grande maioria e são vistas como reais fontes do crescimento econômico, fontes de inovação e a solução para a questão do desemprego (CARTER; AUKEN, 2006; MORRISON; BREEN; ALI, 2003). Deste modo, muitos estudos privilegiam a análise dos fatores da mortalidade precoce de pequenas organizações. Albuquerque e Escrivão Filho (2011) fizeram uma análise de uma década de produção acadêmica sobre mortalidade de pequenas organizações e apontam que mais da metade da produção acadêmica desse período apresentou a ausência de planejamento estratégico formal como principal causa da mortalidade das empresas.

Quadro 1 - O termo crescimento em publicações nacionais

Qtd.	Categoria de referência	
34	Estratégia, inovação, competitividade	Crescimento como resultado, objetivo ou ligado aos processos de estratégia, inovação ou de competitividade. Vantagem competitiva, diversificação, estratégias de fusões e aquisições, mudança estratégica, relação entre estratégia inovação e crescimento. Contribuições de estratégia e inovação para o crescimento.
20	Financeiro	Crescimento com resultado ou tendo relação com aspectos financeiros. Estudos sobre crescimento financeiro. Alavancagem, determinantes financeiros para o crescimento, estrutura de capital e sua relação com o crescimento, relação entre o sistema financeiro e crescimento, crescimento e arrecadação tributária.
21	Econômico	Teoria da firma, crescimento econômico, gestão de recursos, relação entre crescimento e acesso a recursos,

11	História da organização	Estudos de casos de crescimento de organizações. Análise de trajetória. O processo de crescimento, relação entre crescimento e gestão, desafios ao crescimento.
9	Empreendedorismo	Crescimento da pequena empresa, evidências empíricas, competitividade da pequena empresa, desafios do crescimento, dilemas do crescimento.
5	Internacionalização	Internacionalização como resultado do crescimento, crescimento das exportações, desafio do crescimento internacional, comércio exterior.
4	Condicionantes	Fatores que condicionam o crescimento. Influências, desafios, fatores relevantes ao crescimento
8	Outros	Relação entre aglomeração industrial e crescimento. Financiamento do crescimento industrial. Crescimento como ideologia, limites do crescimento pela inovação, crescimento econômico e sua relação com desenvolvimento sustentável, relação entre planejamento e crescimento ambiente institucional e crescimento.

Fonte: o autor

Weinzimmer, Nystrom e Freeman (1998) mostraram que a expansão em vendas estava definindo o crescimento em mais de 80% dos 35 estudos publicados em periódicos na área de estratégia e empreendedorismo. Em 55 estudos sobre o tema entre os anos de 1989 e 1996 Delmar (1997) observou que para 30,9% dos estudos crescimento é visto em termos de expansão do faturamento/vendas, para 29,1%, como número de empregados, para 19,2% são utilizados vários indicadores quantitativos e 12,2% definem crescimento por desempenho. Da mesma forma Achtenhagen, Naldi e Melin (2010) confirmam esse viés com a análise de 56 artigos publicados sobre o tema entre 1997 e 2008. Os autores mostram que 41,8% dos estudos refletem o crescimento organizacional como expansão das vendas e 27,3% utilizaram como critério a quantidade de funcionários.

Não só na academia, mas também no mundo dos negócios, a ideia de crescimento contínuo é central. Rankings com as maiores empresas são comuns nas publicações da área. Em âmbito mundial a Fortune Magazine publica anualmente rankings das grandes empresas mundiais. Os critérios avaliados são baseados nas receitas, lucro e retorno para os acionistas. Em 2014, o Walmart ocupava o topo do ranking. No Brasil, algumas vezes as publicações destacam as empresas brasileiras nos rankings internacionais, como costuma fazer a Revista Exame (As 7 empresas brasileiras entre as 500 maiores do mundo), outras vezes repetem a metodologia para eleger as maiores brasileiras (Jornal Valor econômico: Ranking das 1000 maiores; revista Exame: As 100 maiores empresas do Brasil em 2013).

Interessante notar que a pequena empresa também é destaque, contudo, o argumento invariavelmente tende para o crescimento da pequena empresa de modo que ela produza mais, fature mais, tenha mais lucro. O crescimento é invariavelmente um dado de destaque. Segundo o Mapa da Micro e Pequena Empresa, em publicação do Governo Federal, “pequenas e médias empresas brasileiras representam 20% do PIB, são responsáveis por 60% dos 94 milhões de empregos no País... enquanto a taxa de crescimento anual foi de 4% para o total de empresas, independente do porte, para as pequenas empresas foi de 6,2%, e 3,8% para as micro” (BRASIL, 2014).

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, órgão de serviço social autônomo destinado ao fomento para as pequenas empresas no Brasil, promove, com apoio federal, o desenvolvimento dos pequenos negócios no país. Segundo consta em seu sítio na internet “não importa o ramo de sua empresa ou há quanto tempo está no mercado, o Sebrae está preparado para incentivá-lo a crescer cada vez mais.” (SEBRAE, 2014). O órgão atua de forma a proporcionar “soluções para as empresas que já estão consolidadas no mercado, mas não querem estacionar nos negócios”. Segundo a definição encontrada em seu portal online, o SEBRAE destina-se a quem quer abrir seu negócio, quem já tem o seu negócio e quer ir mais longe.

Almejar mais, ainda que se esteja consolidado, remete a uma insatisfação, ou satisfação adiada. Bauman (2003) sugere que a modernidade criou condições para que a insatisfação seja parte do cotidiano. Segundo o autor, “ser moderno significa estar à frente de si mesmo, num estado de constante transgressão... ter uma identidade que só pode existir como projeto não realizado” (BAUMAN, 2003, p.37). Nestes termos, a insatisfação com a continuidade e a incessante preocupação com o crescimento alinham-se ao que Bauman (2003) considera ser a essência do espírito da modernidade.

Modernidade e contradições do crescimento

O desejo ou expectativa de crescimento presente na maioria das organizações modernas possui raízes profundas, não diretamente ligadas ao crescimento organizacional, mas a toda ideologia de progresso e desenvolvimento difundida durante a ascensão do pensamento racional e da modernidade. A expansão do pensamento científico lastreado em Descartes permitiu que todos os dogmas tradicionais pudessem ser questionados e todas as dúvidas pudessem servir de fontes de certezas por meio do método científico. A passagem para a modernidade, nesse sentido, pode ser vista como

uma promessa otimista de um futuro sem dúvidas ou limites, posto que toda dúvida poderia ser examinada por meio do método e a ciência poderia dar ao homem o poder de previsão e controle sobre a natureza.

Segundo Hobsbawm (1996), após o Iluminismo, o avanço da ciência e da tecnologia foi tamanho que fez o homem crer que ele sozinho teria condições de desvendar todos os mistérios da natureza. Desde o Iluminismo, criou-se a expectativa do triunfo da razão; passou-se a acreditar firmemente no progresso indefinido, ideologia fortemente difundida na primeira parte do século XX. O autor aponta que o avanço da ciência e da razão foi paralelo ao recuo da religião tradicional, ao menos no centro dos países europeus de sociedade burguesa.

A razão como orientadora da ação moderna por vezes ocupa o lugar da tradição. A tradição é uma “orientação para o passado, de tal forma que o passado tem uma pesada influência ou, mais precisamente, é constituído para ter uma pesada influência para o presente”. (GIDDENS, 1997, p. 80). Para ele, vivemos uma época marcada por confusão, pela sensação de que não entendemos de forma plena os eventos sociais e estamos sem controle. A modernidade provocou alterações nas relações sociais, bem como a percepção dos indivíduos e coletividades sobre questões de segurança e confiança, da mesma forma sobre os perigos e riscos do viver (GIDDENS, 1991). O desenvolvimento social moderno tem, na visão de Giddens, um processo marcado por ruptura ou descontinuidade.

Na modernidade, a reflexividade é introduzida na base da reprodução do sistema, de forma que o pensamento e a ação se relacionam entre si. As práticas sociais são examinadas e reformuladas a partir da informação auto-revelada conduzindo à sua alteração. A reflexividade da modernidade, que está diretamente envolvida com a contínua geração de autoconhecimento sistemático, não estabiliza a relação entre conhecimento perito e conhecimento aplicado em ações leigas. O conhecimento reivindicado por observadores peritos reúne-se a seu objeto, deste modo alterando-o.

Autores de tradição marxista tendem a analisar a modernidade do ponto de vista da evolução do capitalismo e das contradições provocadas por seu desenvolvimento. Nesse sentido, a visão é um tanto mais pessimista em relação às consequências da modernidade. A visão negativa de Bauman (2003) acerca do capitalismo aborda o consumo, porém um tipo leve e fluido, onde as autoridades não ordenam, mas sim

atuam como conselheiros que tentam seduzir e se tornam agradáveis às pessoas que escolhem seus modelos, com o uso da imagem para passar credibilidade aos produtos e serviços que estão à disposição para o consumo. A modernidade baumaniana tem aspecto fluídico, pois carrega em sua essência a propriedade de adequar-se ao meio. Nada é sólido, perene e definitivo. A modernidade distingue-se de todas as outras formas históricas de convívio humano,

...a compulsiva e obsessiva, contínua, irrefreável e sempre incompleta modernização; a opressiva e inerradicável, insaciável sede de destruição criativa (ou de criatividade destrutiva, se for o caso: de "limpar o lugar" em nome de um "novo e aperfeiçoado" projeto; de "desmantelar" "cortar" "defasar" "reunir" ou "reduzir" tudo isso em nome da maior capacidade de fazer o mesmo no futuro - em nome da produtividade ou da competitividade). (BAUMAN, 2003, p.37)

Para Bauman a modernidade criou condições para que a insatisfação seja parte do cotidiano. Segundo o autor, “ser moderno significa estar à frente de si mesmo, num Estado de constante transgressão... ter uma identidade que só pode existir como projeto não realizado” (BAUMAN, 2003, p.37). Ser moderno significa ser incapaz de permanecer parado em uma perene atividade que o leve a ser não apenas bom, mas ótimo. O ideal buscado pela atividade moderna não é aquele que se alcança, mas aquela que nunca será atingido sob pena de não mais cumprir sua função, a de manter a roda girando.

Schumacher (1973) argumenta que não obstante estejamos melhor alimentados, melhor vestidos, melhor alojados e melhor educados (ainda que nem todos) também devemos colocar nas estatísticas os níveis de criminalidade, uso de tóxicos, o vandalismo, o colapso mental, a rebelião etc. Segundo este autor, o crescimento econômico, carrega consigo os efeitos colaterais indesejados que, quando não tratados devidamente, causam mais malefícios que benefícios.

Bauman (2003) sugere que a dinâmica social capitalista promove um estado de fluidez no qual a permanente sensação de insatisfação é requisito necessário à manutenção da dinâmica do sistema. Em outras palavras, a busca pelo bom e satisfatório foi substituída na vida moderna pela busca do ótimo. Com isso, limites tornaram-se elásticos e a busca pelo ótimo torna-se muitas vezes no encontro do ruim. A contradição no sistema por um lado sinaliza uma vida melhor, mas que cria um estado de permanente insatisfação, uma vez que o melhor está sempre à frente.

Segundo Szmrecsanyi (2008), o pressuposto do crescimento constante e ilimitado é uma das teses centrais de A Teoria do Crescimento da Firma, segundo a qual não há limites ao tamanho e à expansão das empresas através do tempo, mas apenas ao seu ritmo do crescimento, num dado momento. Sendo o crescimento fruto da eficiência organizacional, as firmas não se tornam menos eficientes à medida que crescem. O pensamento econômico neoclássico admite a crescimento ilimitado.

Consequências desse crescimento, para os economistas, estariam no âmbito das externalidades. Em economia, externalidades são efeitos adicionais a uma dada decisão sobre aqueles que não participaram dela. Elas podem ter natureza negativa, quando geram custos para os demais atores (poluição, comprometimento de recursos, problemas hídricos, sinistros, caos urbano etc.), ou natureza positiva, quando os demais atores se beneficiam. Contudo as externalidades não são computadas como custos organizacionais. Segundo Lima e Viegas (2002) a intangibilidade das externalidades torna complexa sua objetivação fazendo com que não haja consenso sobre a forma de registro. Dessa forma, esse custo permanece apenas no âmbito social.

O papel do Estado, nesse contexto seria o de promover externalidades positivas por meio de benefícios à população em geral, contudo Milton Santos (SANTOS, 2005) afirma que a política de governo dos países ocidentais privilegia os interesses das corporações em detrimento dos interesses da população. Polanyi (1980) sinaliza que a partir do século XVIII o mercado transformou tudo em mercadoria com anuência do Estado. Para Dias e Cario (2014 p.396) “a hegemonia do econômico, expressão lógica do capitalismo, consolidou o mercado como esfera responsável pelo direcionamento da racionalidade predominante”. Sem pretensão teórica, mas à guisa de elementos para reflexão, cabe lembrar que em meados do ano de 2014 a justiça brasileira iniciou uma investigação em torno de um processo de institucionalização de um sistema de subornos envolvendo várias instâncias estatais. O montante financeiro é desconhecido, mas estima-se que houve desvios entre R\$ 10 bilhões e R\$ 20 bilhões favorecendo políticos brasileiros de quase todos os níveis hierárquicos, segundo a mídia internacional. Dito isso, podemos afirmar que, embora faça sentido a afirmação de Milton Santos (2005), não apenas o interesse corporativo é privilegiado em detrimento do interesse público, mas muitas vezes também são privilegiados os interesses individualizados. Ainda, não

só o mercado transformou tudo em mercadoria com anuência do Estado (POLANYI, 1980), mas o próprio Estado parece ter se tornado mercadoria.

Talvez uma das maiores contradições do mundo moderno é associar crescimento, desenvolvimento e progresso. Esses termos são comumente associados e até tidos como sinônimos. Stanworh e Curran (1976) argumentam que, na sociedade moderna, crescimento é progresso. Contudo, esses três conceitos diferem. Enquanto desenvolvimento econômico refere-se ao processo pelo qual ocorre uma variação positiva das variáveis econômicas quantitativas (nível de renda, produção, PIB etc), o progresso relaciona-se ao ideário otimista Comteano de fé na ciência e na humanidade.

Segundo Esteva (2010), houve a transferência da metáfora biológica para a esfera social no final do século XVII com o uso do termo *Entwicklung*¹ por Justus Moser, o fundador conservador da história social, para se referir ao processo gradual de mudança social, a partir de 1768. No século XIX o positivismo de Auguste Comte adicionou o termo progresso na agenda moderna (COMTE, 1983). Assim como o crescimento e desenvolvimento, o conceito de progresso carrega consigo a visão otimista da contínua melhora social por meio da evolução humana. Para Comte, essa evolução ocorre pela superação dos estágios iniciais, teológico e metafísico até que se atinja o apogeu no estado científico, ou positivo. O pensamento positivista influenciou a ciência de um modo geral, e ainda é uma das bases da ciência moderna. A influência do pensamento positivista também pode ser vista na economia e na política.

O termo não se desvinculou da ideia de crescimento, com isso desenvolvimento e crescimento tornaram-se praticamente sinônimos sendo que, não importa em que contexto ela seja usada, implica sempre uma mudança favorável, um passo a partir do simples para o complexo, do inferior para o superior, de pior para melhor. Conforme aponta Esteva (2010), a palavra indica que se está fazendo bem, porque se está a avançar no sentido de uma lei necessária, inevitável, universal e para um objetivo desejável.

O senso comum considera o termo desenvolvimento como um processo ou o resultado de um processo que leva um objeto ou ser de um estado mais simples para outro mais complexo, partindo de uma situação pior para outra melhor. Assim, o termo é utilizado metaforicamente para descrever o crescimento natural de animais e plantas

¹ Em tradução livre: desenvolvimento

que, em processo final de desenvolvimento atingem seu máximo grau de potencialidades. A mesma metáfora atinge as organizações vistas como organismos (MORGAN, 1996). Neste sentido, o crescimento organizacional seria sinônimo de desenvolvimento tal como o é para os organismos vivos (ESTEVA, 2010).

Contudo, aparentemente tanto a ciência quanto o sistema econômico capitalista são fontes de problemas novos sem resolver os problemas antigos. Polanyi (1980, p. 248) diz que “nem a liberdade nem a paz puderam ser institucionalizadas sob aquela economia, pois seu propósito era criar lucros e bem-estar e não a paz e a liberdade”

Crescimento e tamanho organizacional

Penrose (1959) refere-se ao aumento de tamanho, Starbuck (1971, p.11), também se refere ao crescimento como "mudança no tamanho de uma organização, mas associa isso à quantidade de pessoas envolvidas ou empregos oferecidos. A relação entre crescimento e tamanho parece lógica, uma vez que crescer é tornar-se maior, mas o crescimento é também comumente medido em termos de lucro, vendas, retorno sobre ativos (ROA), retorno sobre patrimônio líquido (ROE) (ACHTENHAGEN, NALDI, & MELIN, 2010; DELMAR, 1997; PENROSE, 1959; STARBUCK, 1971; WEINZIMMER, NYSTROM, & FREEMAN, 1998).

Segundo Hall (2001), existem alguns elementos básicos que compõem a estrutura e que influenciam as características estruturais de uma organização. Dentre eles, a complexidade, a formalização e a centralização. Além destes, existem outros fatores como o tamanho, o ambiente, a cultura que também influenciam a estrutura organizacional. De acordo com Scott (2003), estes componentes poderiam ser chamados de componentes periféricos da estrutura, pois os mesmos não estão relacionados com a parte técnica e com o negócio da organização, são elementos que se relacionam com os aspectos administrativos e institucionais da organização. Ainda que tamanho pareça ser uma variável simples, algumas discussões sobre as fronteiras organizacionais sugerem que é problemático saber quem está dentro ou fora da organização.

Segundo Kimberly (1976), o tamanho organizacional tem três componentes: o primeiro é a capacidade física das organizações; o segundo é a quantidade de pessoal na organização e o terceiro aspecto é representado pelos insumos e produtos organizacionais. Gupta (1980) sugere que o conceito de tamanho organizacional não deve ser tido como unidimensional.

De acordo com Hall (2001), pode-se perceber um paradoxo. Uma vez que as organizações complexas, embora possam diminuir custos por meio de economia de escala, ao mesmo tempo, têm aumentados seus custos devido ao aumento do tamanho de sua organização e a conseqüente complexidade. Necessitam, deste modo, de mais pessoal para a resolução de conflitos, controle e coordenação das atividades.

Desta forma, conclui-se que as organizações complexas são mais complexas em um número maior de aspectos do que simplesmente sua estrutura. Os processos também são complexos. Técnicas eficientes em uma organização com uma estrutura simples podem não ser tão eficientes em organizações com uma estrutura mais complexa, e mesmo dentro de uma mesma organização complexa, existem diferentes graus de incerteza entre os departamentos e os mesmos são estruturados de maneira diferente.

As referências acadêmicas e do mundo dos negócios invariavelmente preconizam que as ações organizacionais devem levar a organização a posições de destaque quanto à sua capacidade de produzir, vender e lucrar. Estudos clássicos sobre estratégia sugerem que as organizações competem em mercados por recursos escassos (Barney, 1996) e portanto precisam adquirir certas vantagens competitivas (Porter, 1980) que funcionem como facilitadores da atuação organizacional nesse mercado.

O tamanho parece ser uma variável simples, entretanto algumas discussões sobre as fronteiras organizacionais sugerem que é problemático saber quem está dentro ou fora da organização. O tamanho é uma variável que está na interface da organização e do ambiente, pois o mesmo é também definido pelas condições externas. O tamanho pode ser tratado como uma variável independente que molda e determina outras variáveis estruturais. A maioria dos estudos sobre organização e estrutura tem utilizado o número de participantes como indicador de tamanho, no entanto nem sempre este indicador é confiável (Scott, 2003).

O crescimento como instituição

Propõe-se nesta seção a análise da questão do crescimento organizacional partindo-se do princípio de que a ideia de crescimento foi socialmente construída e agrega em seu entorno uma série de valores compartilhados que tanto legitimam as ações pró-crescimento quanto favorecem sua perpetuação. Nesse sentido, essa ideia ecoa Berger e Luckmann (2003) por considerar a realidade fruto de construções de significados compartilhados intersubjetivamente. Ainda, pressupõe-se que os

fenômenos são construídos no tempo e que sua compreensão deverá abarcar seu contexto histórico. Segundo Tuchman (1994), só se pode entender um fenômeno social em seu contexto histórico.

O crescimento organizacional como fenômeno pertenceria a uma estrutura social multifacetada e durável com um sistema estruturado de regras e valores compartilhados. Aparentemente, o crescimento de organizações não apenas aceito, mas desejável pela maioria da sociedade. Contudo, o crescimento deve obedecer a regras e procedimentos padronizados socialmente tanto na forma da lei quanto por aquiescência social. Na forma da lei, seguindo princípios de legalidade jurídica e legislação pertinente e de forma socialmente aprovada em termos conduta ética, moral etc. A repetição desse padrão dá a ideia de o crescimento organizacional como uma instituição (SCOTT, 2001; SEARLE, 2005).

A perpetuação de determinadas ações ao ponto de cristalização do comportamento social é objeto de estudos do institucionalismo organizacional. A compreensão dos motivos pelos quais as organizações se comportam de certas maneiras e suas consequências considerando esse processo em um contexto amplo é foco da teoria institucional (GREENWOOD *et al*, 2008).

Conforme Meyer e Rowan (1977) argumentam, sociedades modernas são constituídas de muitas regras institucionalizadas, sendo que muitas delas são mitos racionalizados que raramente são postos à prova. Em outras palavras, certas normas sociais, comportamentos, conhecimentos, costumes não são questionados por serem tidos como certos ou legítimos. Aparentemente, a noção de crescimento organizacional, conforme é descrito por diversas áreas sociais, tem tal reconhecimento. Deste modo, pode-se, como apoio de bases teóricas institucionais, compreender como se dá o processo de resistência, ou questionamento da necessidade de crescimento por parte de algumas organizações que não se submetem a essa instituição.

De acordo com Scott (2001), as relações entre instituições e organizações ocorrem por três vias, ou pilares: regulador, normativo e cognitivo. A esses três pilares são associados, respectivamente, mecanismos coercitivos, normativos e miméticos como pressões institucionais que moldam ou direcionam o posicionamento organizacional em relação ao ambiente. Neste contexto, um olhar institucionalista poderá perceber que esses três mecanismos funcionam no contexto do crescimento

organizacional. Pressões coercitivas podem ser reconhecidas no mundo dos negócios como metas. Há metas de faturamento, de produção, de *market share* etc. Normalmente as metas são de crescimento, não o contrário. Quando uma organização depende de outra em uma relação de subordinação, esse mecanismo pode ser direto, como no caso revendas de automóveis que se subordinam às montadoras. Pressões normativas parecem ocorrer via organizações de fomento empresarial, como SEBRAE e instituições de ensino (escolas de negócios). Orientações de órgãos legitimados ou a formação direcionada ao mercado pode criar necessidade de adequação. O crescimento também pode significar adequação por meio da repetição de ações de organizações que compartilham o mesmo setor ou ambiente, uma vez que uma das formas de lidar com a insegurança e incerteza ambiental pode ser o mimetismo.

A adequação à lógica do crescimento poderia proporcionar às organizações motivos e a legitimidade suficiente para que as ações organizacionais sejam tidas como certas ainda que os resultados dessas ações não sejam adequados do ponto de vista ético ou moral. Legitimidade, conforme contextualizada na teoria institucional (MACHADO-SILVA; FONSECA; CRUBELLATE, 2005; SCOTT, 2001, ROSSONI, 2012) provê suporte para manutenção de uma determinada organização em um determinado ambiente. Nesse ponto, cabe observar que essa lógica não está presente apenas ao mundo organizacional, mas um discurso social construído sobre a ideia do desenvolvimento como forma natural de se melhorar a sociedade.

Desenvolvimento nesse sentido é o econômico. De certa forma a ideia de desenvolvimento defendida pela maioria dos economistas ecoa no mundo social e está atrelado ao discurso organizacional. Alguns economistas (JACKSON, 2009; VICTOR, 2008; AYRES, 1998; LATOUCHE, 2009, 2009b; DOUTHWAITE, 1992), entretanto, já têm sinalizado que a questão do crescimento sem limites para a economia pode ser um problema e deve ser apreciada com atenção.

Se o crescimento econômico pode ser entendido, a grosso modo, como a soma dos crescimentos individuais de organizações de diversos setores, há uma lacuna a ser preenchida com o entendimento sobre as possibilidades ou consequências do não crescimento para as organizações. Assim, nesse trabalho, embora se possa referir também ao crescimento econômico em aspecto amplo, busca-se o entendimento da questão do crescimento em nível organizacional. Contudo, uma vez que se admita ser o

crescimento uma instituição presente no contexto organizacional moderno, como é possível explicar a existência de organizações que voluntariamente optam pelo não crescimento? Especificamente este estudo focaliza a organização de trabalho artesanal na medida que se entende esta constituir instância de resistência ao crescimento.

Friedland e Alford (1991), que enfatizam a necessidade de estudo interinstitucionais, argumentam que, para além das instituições, deve-se acrescentar o conceito de lógica institucional. Afirmam os autores que “lógicas institucionais são sistemas simbólicos, maneiras de ordenar a realidade, tornando assim a experiência no tempo e espaço significante” (FRIEDLAND; ALFORD, 1991, p. 243). Os autores apontam as principais instituições do ocidente capitalista contemporâneo: mercado, Estado, democracia, família e religião. Diferentes lógicas estariam presente nas diferentes instituições. Thornton, Jones e Kury (2005) apresentam seis diferentes lógicas: a lógica de mercado, a lógica corporativa, a lógica de profissões, a lógica de estado, a lógica de família e a lógica das religiões. Não obstante as pesquisas envolvendo lógica institucional ainda sejam recentes e em desenvolvimento, os autores parecem aceitar a coexistência de diferentes instituições e diferentes lógicas institucionais

A existência de diferentes lógicas que coexistem em harmonia e dão coesão ao mundo social é subjacente aos conceitos demonstrados por Friedland e Alford (1991). Os autores resgatam a ideia de instituição societal e propõe a ampliação do conceito de instituição. Para os autores, os campos organizacionais podem apresentar suas lógicas próprias, contanto que se considere que elas são hierárquicas na forma e imbricadas com as cinco instituições sociais centrais do capitalismo ocidental apresentadas por eles - o mercado capitalista, o Estado burocrático, a democracia, o núcleo familiar, e a religião cristã.

Limites do crescimento

Os limites do crescimento econômico começaram a ser questionados por uma série de autores, em especial após o documento que ficou conhecido por relatório de Meadows (MEADOWS, MEADOWS, RANDERS, 1972) para o Clube de Roma. Nesse documento alerta-se para as consequências do crescimento rápido da população do mundo considerando os recursos naturais limitados. Esse foi o primeiro questionamento contundente sobre a lógica de crescimento indefinido em um sistema caracterizado por

recursos limitados. O que se seguiu nas décadas seguintes foi um esforço de Estados e outras organizações para encontrar soluções para o alinhamento entre crescimento econômico e equilíbrio ambiental.

Cechin (2010) chama atenção para o fato de que a economia não é um sistema total, mas um subsistema pertencente a um sistema maior. Não pode haver crescimento ilimitado em um sistema cujos recursos são limitados. Nesse sentido, a natureza é por si um limite ao crescimento econômico.

Segundo dados do Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC, 2014), New Economics Foundation (NEF, 2014) e Worldwatch Institute (2014) há anos ultrapassamos os limites razoáveis tanto em termos ambientais, quanto sociais e de crescimento econômico. Estes relatórios apontam para efeitos ambientais irreversíveis demandados pelo crescimento econômico sob a lógica da exploração contínua de recursos naturais e pela degradação ambiental provocada pela poluição e falta de manejo desses recursos. Depois de anos de trabalho, uma comissão independente liderada por Gro Harlem Brundtland, Primeira Ministra da Noruega, publicou o livro "Nosso Futuro Comum" que ficou conhecido como "Relatório Brundtland".

Nesse relatório, o termo "desenvolvimento sustentável" foi definido como "o desenvolvimento que atende às necessidades presentes sem comprometer a habilidade das gerações futuras em atenderem às suas próprias necessidades". Desde então, a ideia de desenvolvimento sustentável permeia o discurso de diferentes setores da sociedade, governamental, econômico, organizacional etc (BOFF, 2012).

Nesse sentido, a proposta de desenvolvimento sustentável seria uma forma de contornar esses problemas decorrentes do crescimento. A atividade corporativa sustentável seria aquela que poderia, simultaneamente, produzir lucros, ser socialmente justa e ambientalmente correta (ELKINGTON, 1997). O modelo proposto por Elkington ficou conhecido como o tripé do desenvolvimento sustentável (*Triple Bottom Line* – 3BL): Lucros, Pessoas, Planeta. Desse modo, os ideais da prosperidade econômica, qualidade ambiental e justiça social estariam equilibrados e ação empresarial seria avaliada não só pelos retornos financeiros, mas também pelos impactos ambientais e sociais.

Entretanto, a proposta de desenvolvimento sustentável não rompe com a lógica do crescimento econômico ilimitado. Acredita-se que seja possível aliar crescimento

sem limites a um contexto ambiental naturalmente limitado. Situação que, para alguns autores, é improvável (JACKSON, 2009; VICTOR, 2008; AYRES, 1998; LATOUCHE, 2009, 2009b; DOUTHWAITE, 1992). Vizeu, Meneghetti e Seifert (2012) argumentam sobre as contradições da ideia de desenvolvimento sustentável afirmando que esse conceito é, em essência, uma forma ideológica que cria uma falsa conciliação entre o sistema capitalista e os problemas ambientais por ele provocados.

Dito de outra forma, o discurso organizacional aparentemente apropriou-se do conceito de sustentabilidade, mas desde que esse não seja empecilho para a produção, o crescimento e o lucro. Desta forma, continua havendo a predominância de uma lógica de crescimento organizacional. No mesmo sentido, Seifert e Vizeu (2015) apontam para o crescimento como uma ideologia administrativa. Os autores concordam com Illich (2000) que sinaliza a questão das “necessidades socialmente constituídas”.

O TRABALHO ARTESANAL

O modo de produção artesanal contrasta hoje com a produção em larga escala da grande indústria. A forma de trabalho mais comum até meados do século XVIII cedeu espaço às atualizações tecnológicas, econômicas e da forma organizacional que perduram até os dias atuais (HOBBSAWM, 1996; POLANY, 1980). A metáfora da transferência paulatina das habilidades do artesão para as máquinas é usada para explicar como as habilidades antes exclusivas dos artesões foram incorporadas, adaptadas, substituídas por práticas e processos organizacionais burocráticos (WEBER, 1963; PRESTES MOTTA, BRESSER PEREIRA 1981; MOUZELIS, 1969). A organização burocrática descrita por Weber (1963), sob a forma de tipo ideal por meio de suas características associa meios aos fins. Assim, ela seria caracterizada principalmente por aspecto racional. Racionalizar, nesse contexto, seria a adequação entre meios e fins. Conceito derivado deste primeiro é eficiência, segundo o qual a economia de tempo e de recursos deve fazer parte de um processo de otimização que eleve a produção industrial a um patamar no qual haja a maximização da produção com a minimização de custos ou recursos. A burocratização das organizações parece ter feito com que fosse necessário a despersonalização do trabalho do artesão. A eficiência desenvolvida nas fábricas e os baixos custos associados à produção de grande escala proporcionaram às fábricas uma capacidade de produção que nenhuma oficina artesanal jamais alcançaria.

Hoje, o trabalho artesanal talvez seja reflexo daquilo que já foi antes da Revolução Industrial, mas adaptado aos tempos atuais com algumas características que sobreviveram ao tempo. O artesão moderno dispõe de máquinas e ferramentas que facilitam o trabalho. Muitas vezes máquinas e ferramentas produzidas por grandes indústrias. O trabalho artesanal, contudo, pressupõe em si uma componente artística no ato de produção de um objeto. Arte, nesse sentido, denota que a produção de um objeto vai além da eficiência.

Na concepção platônica, arte é uma forma de conhecimento e não se distingue a arte das Ciências ou da Filosofia, uma vez que, como a arte, estas são também atividades ordenadas. Arte e técnica estariam mais próximas que o julga o senso comum atual. Consideravam-se dois tipos de artes ou técnicas: aquelas dedicadas ao conhecimento ou judicativas, e aquelas voltadas para uma atividade baseada no conhecimento de suas regras (ARGAN, 1992; JANSO, 1996). A arte definida pela Filosofia como criação caminhou por séculos passando pelos conceitos ligados à imitação da natureza, passando pela valorização da qualidade do objeto imitado até à visualização do artista como gênio e criador separado da natureza e igualando-se à Deus.

Nesse estudo, entende-se o trabalho artesanal como aquele realizado manualmente pelo artesão mesclando habilidade técnica de produção e arte na criação e produção de objetos funcionais. Fica desde logo explícito que não me ateno àquele artesanato destinado à produção de adornos, decorações e similares comuns da cultura popular. Esse tipo de artesanato, ainda que produto do trabalho manual e imbuído de valor, é em grande medida regido pela lógica instrumental e não necessariamente expressa a substantividade da relação entre o artífice e sua criação. O termo prático aqui também serve para destacar o fato de que o objeto não é apenas belo ou para ser apreciado, como uma escultura ou uma pintura, mas que tenha funcionalidade e possa ser útil. Cabe dizer que um objeto pode ser útil sem ter uma ampliação específica, ou ter uma função inútil (DORMER, 1997; RISATTI, 2007; ROWLEY, 1997). Parece natural que, para atender a essa definição, o objeto tenha sido pensando antes de sua produção, o que faz com que o artesão veja o objeto antes de sua produção. O objeto, portanto, nasce na mente do artesão antes de nascer para outras pessoas. Utilidade, nesse

contexto, relaciona-se ao fato de que o objeto foi concebido para desempenhar uma função específica, como um instrumento musical, ou uma faca.

O entendimento do trabalho artesanal como um conjunto de habilidades e conhecimentos empregados na produção de objetos ou desempenho de atividades é compartilhado por diversos autores, alguns de diferentes orientações teóricas (ADAMSON, 2007; BECKER, 1978; RISATTI, 2007). Mas o conceito de trabalho artesanal é de certa forma complexo, pois abarca uma vasta gama de possibilidades. O artesão aqui estudado aproxima-se ao artífice de Sennet (2013), que tem em seu trabalho uma forma de relação prática com o mundo. Esse artesão cria objetos e imprime em cada objeto um pouco de si, de modo que a relação entre criador e suas criaturas torna-se indissociável. Dito de outra forma, o artesão é reconhecido por isso no objeto que produz.

A relação entre o artesão e o fruto de seu trabalho envolve o controle do processo de produção desde a concepção do objeto à verificação quanto à qualidade final do objeto (Sennet, 2013). Muitas vezes o trabalho do artesão mescla-se com sua vida familiar, de modo que a oficina ou atelier é uma extensão de sua própria casa e as pessoas que ali trabalham numa extensão da própria família, quando não a família em si. O trabalho artesanal, mais que um modo de produção, é uma forma de perpetuação cultural. O artesão é em si um repositório de patrimônio cultural intangível (HARTOG, 2006). O saber fazer confunde-se com o por que fazer e não está no sujeito, mas é inerente à existência desse sujeito.

PROCEDIMENTOS METOLÓGICOS

O objetivo desta pesquisa foi o de compreender como e por que uma pequena organização opta por não crescer ainda que o pudesse fazer. Em razão da finalidade e dos objetivos da pesquisa optou-se pela utilização da metodologia de *Grounded Theory* Glaser e Strauss (1967). Contudo, sem pretender a criação de uma teoria, mas utilizar a metodologia de registros e análise para a compreensão do fenômeno. Diferente de outros métodos por meio dos quais se testam teorias e hipóteses a partir de um referencial teórico, na *Grounded Theory* propõe-se a construção de uma teoria que explique um determinado fenômeno em uma dada área substantiva.

A primeira característica da *Grounded Theory* é a constante comparação. Segundo Glaser e Strauss (1967) essa comparação se dá em estágios: (i) comparação

entre incidentes e sua junção em categorias; (ii) integração das categorias e suas propriedades; (iii) determinação de dois níveis, de teoria e das categorias; e (iv) redação da teoria a partir dos memorandos das categorias.

A segunda característica importante do método é a amostragem teórica. É uma forma direcionada pelas categorias que emergem dos dados. A primeira amostragem, com frequência, segue por meios comuns a outros métodos (MORSE, 2007), mas novas amostras vão sendo necessárias à medida que os dados emergem categorias que necessita de comparação. Nesse sentido, a amostragem não visa a representação de um universo, mas uma possibilidade de encontrar variações (e.g., novas pessoas, grupos, organizações, países) nas dimensões empíricas apontados pelos dados.

Ainda que os elementos (i) comparação constante e (ii) amostragem teórica se mantenham como características principais, a *Grounded Theory* sofreu algumas mudanças em relação à proposta original. Strauss e Corbin (2008) apresentaram as bases e o início de uma forma mais construtivista do método (MILLS; BONNER; FRANCIS, 2006). Charmaz (2006) e Clarke (2005) dão continuidade a essa base construtivista apresentando alternativas de operacionalização do método, principalmente em relação ao processo de codificação. Strauss e Corbin (2008) apresentam um detalhado processo de codificação e destaca a criatividade do pesquisador no processo de coleta e de análise de dados. O pesquisador é visto como instrumento de coleta de dados. Também destacam a função de diagramas, notas de análise e o uso da sensibilidade teórica.

Como não há preocupação estatística ou de geração de amostras que representem um universo, o número de organizações é irrelevante. Contudo, a pesquisa esteve restrita a organizações de produção artesanal que, mesmo tendo possibilidade de crescimento, mantêm-se pequenas. A questão da produção remete à possibilidade de amostras teóricas que envolvam empresas que ocupam posição oposta (grandes indústrias) ou similares (outras pequenas empresas artesanais). Produção artesanal refere-se à produção que envolva a arte, perícia, habilidade ou outra expressão semelhante do sujeito. Modernamente, temos o artesanato como expressão cultural popular, mas nesse estudo, a arte refere-se ao artífice (SENNETT, 2013), ao sujeito que domina o processo de produção como um todo e assim é capaz de dar sentido ao seu trabalho.

Os critérios para escolha da amostra intencional seguiram a sugestão de Strauss e Corbin (2008): (i) Escolher um local ou grupo para estudo – escolha essa guiada pela questão principal da pesquisa; (ii) Escolher os tipos de dados a serem usados – preferencialmente aqueles que tiverem maior potencial de fornecer os dados relevantes para a pesquisa; (iii) Determinar o tempo em que uma área será estudada; e (iv) No processo de amostragem teórica, considerar o acesso, o tempo e os recursos disponíveis do pesquisador.

O local escolhido para a realização da pesquisa foi determinado após um longo período de investigação. Para atender aos quatro quesitos acima foi necessário estabelecer o seguinte processo: (i) pesquisa de possíveis empresas, seguido de (ii) investigação preliminar, (iii) visita *in loco*, (iv) entrevista preliminar e (v) análise da viabilidade da pesquisa com base nas características pré definidas em relação ao problema de pesquisa.

O processo de escolha do local da pesquisa precisou aliar vários fatores, mas um se mostrou sensível em especial: a evidenciação da opção pelo não crescimento. Durante o processo de investigação descobriu-se que a declaração de intenção de crescimento é quase sempre cercada de uma certa desconfiança. Algumas vezes os discursos de proprietários de organizações que afirmavam não querer crescer pareciam ser, na verdade, justificativas de uma situação de impossibilidade. Ou seja, eles gostariam de serem maiores, mas em não podendo adotam um discurso pró manutenção da estrutura. Isso ocorreu em algumas organizações. Por outro lado, percebeu-se a dificuldade por parte dos proprietários em se admitir a opção pelo não crescimento. Talvez por que o comportamento socialmente esperado é aquele direcionado ao crescimento organizacional. A organização escolhida para a realização inicial da pesquisa foi a Cutelaria Hammer do mestre cuteleiro Peter Hammer. Dentre as opções para a realização da pesquisa esta organização mostrou interessantes aspectos, tanto em relação às características da organização quanto do ponto de vista do acesso aos dados e aos informantes.

Os dados foram coletados por meio de investigação de dados secundários, entrevistas, observação, observação participante, participação observante. (ANGROSINO e FLICK, 2009; DURHAM, 1986). Strauss e Corbin (2008) destacam a importância da análise dos documentos englobando literatura não técnica, como

“biografias, diários, documentos, manuscritos, registros, relatórios, catálogos e outros (STRAUSS; CORBIN, 2008, p. 47). A coleta e análise se deu entre abril e novembro de 2015. No processo de análise dos dados foi utilizado o software Atlas.ti 7.5 como ferramenta de ordenação sistemática dos dados e sua codificação.

Resultados

As sucessivas análises possibilitaram a consolidação das seguintes categorias: (i) centralidade no artesanato, (ii) corporeidade, (iii) relação entre pensar e fazer, (iv) valores substantivos, e (v) limites.

O trabalho artesanal é entendido como aquele que é fruto do pensamento, feito pelas mãos, permeado de valores substantivos, focado no objeto e indissociável do artesanato. Crescimento foi definido como aumento na produção de produtos. Ontologicamente, parte-se do pressuposto da realidade construída socialmente (BERGER e LUCKMANN, 2003) e, sendo interpretativista, admite que a realidade deve ser compreendida a partir do ponto de vista dos indivíduos que dela fazem parte.

Só há trabalho artesanal se um artesão ocupar posição de centralidade diante deste trabalho. Centralidade implica que o artesão tenha domínio sobre o processo de concepção e materialização de produtos. Implica também que o trabalho artesanal esteja sob o controle total do artesão que, deste modo, poderá controlar todos os pontos de qualidade necessários à resultante de um produto que atenda requisitos mínimos de qualidade por ele estabelecidos. Desta forma, o envolvimento do artesão é pessoal e individualizado. Isso faz com que a produção artesanal tenha possibilidades de alcançar o estado da arte na concepção de produtos. Contudo, também faz com que a produção artesanal seja limitada às capacidades artesão.

O destaque do artesão se dá em função da sua capacidade de realização. Quanto mais conhecimento e experiências adquiridas no campo do seu ofício, maior sua capacidade de realização. Capacidade de realização significa ter competência para transformar pensamentos em objetos concretos. Quando um artesão atinge um patamar de reconhecimento em função da sua capacidade de projetar e construir produtos primorosos, suas peças passam a ser ainda mais valorizadas por terem agregadas à si a assinatura do artesão. O valor de um produto artesanal é definido, além das características visíveis, por características invisíveis ligadas ao prestígio do artesão que

assina a peça. Quanto maior o valor agregado ao produto artesanal, menor a necessidade de produção para atender ao equilíbrio econômico organizacional.

As habilidades do corpo possibilitam o fazer artesanal ao mesmo tempo em que o limita. As mãos, enquanto ferramentas, possibilitam que o artesão trabalhe o objeto a fim de que este se torne equivalente ao que foi mentalmente projetado pelo artesão. Assim, artesão depende das mãos para levar a cabo seu ofício. As habilidades do corpo proporcionam a capacidade de materialização dos objetos por meio de técnicas e procedimentos. O domínio das habilidades corporais potencializa o fazer artesanal. As habilidades do corpo estão ligadas à capacidade fisiológica do artesão, de modo que o seu condicionamento físico o habilita ou inabilita à produção artesanal.

Produzir artesanalmente implica na atribuição de sentido ao trabalho. A atribuição de sentido se desenvolve de modo que valores substantivos influenciem significativamente o contexto do trabalho artesanal. A relação do artesão com o mercado pode ser influenciada por valores substantivos de modo que haja um semi desacoplamento entre o artesão e o mercado. Esse semi desacoplamento implica em que o artesão mantenha relação, mas não compartilhe os mesmos significados e valores. O impulso para o crescimento sem limites é um exemplo de valor não compartilhado com o mercado. A qualidade é um valor substantivo intrínseco ao fazer artesanal e estabelece que a produção artesanal deve obedecer a um nível qualitativo mínimo, mas que seja tanto maior quanto possível. Ao mesmo tempo, estabelece limites quantitativos máximos. Valores substantivos também atuam no sentido de manter e difundir a tradição da cutelaria artesanal, inclusive por meio da relação metre-aprendiz no ensino da cutelaria. Os produtos artesanais são portadores dos sentidos atribuídos pelo artesão durante o processo do fazer artesanal. Além disso, lhes são atribuídos valores substantivos que influenciam a relação artesão e mercado nos processos de troca. A qualidade, a tradição são valores substantivos característicos do fazer artesanal que podem promover aproximação ou afastamento do mercado. A aproximação ou acoplamento ao mercado pode ocorrer mediante a incorporação dos valores qualidade e tradição pelo mercado ou o distanciamento do artesão destes valores. O afastamento ou desacoplamento pode ocorrer à medida em que o mercado não incorpore a qualidade e a tradição como valores.

A liberdade característica do fazer artesanal relaciona-se à possibilidade que tem o artesão de fazer escolhas no âmbito do seu processo de trabalho. Mas inclui também aquelas ligadas à possibilidade de não agir em função das pressões do mercado. Valores substantivos a capacidade de realização, possibilitam que o artesão aja em sentido divergente do mercado. A opção pelo não crescimento é um exemplo desse processo, uma vez que, como foi discutido anteriormente, há a ideia naturalizada de crescimento ilimitado pelas organizações. Ideia essa não compartilhada no contexto observado da cutelaria artesanal, conforme os dados sugerem. Nesse sentido, admite-se que a ação desse sujeito pode receber influências de pressões externas, mas essa ação não é necessariamente determinada por estas influências.

A dinâmica da produção artesanal limita o crescimento organizacional na medida que o trabalho artesanal é centrado no artesão e este por sua vez é limitado fisiologicamente e por valores substantivos. Entretanto, os mesmos fatores que limitam o crescimento organizacional, proporcionam ao artesão e ao produto do seu trabalho aspectos qualitativos únicos.

A ação artesanal é um ato reflexionado. Nela, o fazer e o pensar são facetas de um único processo contínuo que vai da projeção mental à realização, transformação de recursos materiais em formas materializadas antes imaginadas e projetadas por meio de ferramentas manuais. Deste modo, o trabalho artesanal é intrínseco ao artesão, inalienável. Só é possível que seja dessa forma quando há liberdade para fazer escolhas que possibilitem ao artesão o desenvolvimento de trabalhos que façam sentido para ele.

Uma vez que trabalho artesanal depende do corpo, é o corpo que possibilita e ao mesmo tempo limita o artesão no desempenho do seu trabalho. Na produção artesanal inexistente a automação industrial, de modo que o artesão desempenha seu trabalho diretamente. Esse trabalho é, portanto um tipo de trabalho não delegável ou alienável como ocorre na produção industrial convencional. A produção artesanal, portanto, limita-se à capacidade fisiológica do corpo.

A produção artesanal é caracterizada pela centralidade no artesão em relação a processos e pessoas. Sua autoridade e respeito são derivados da experiência, conhecimento que lhe confere reconhecimento diante dos demais artesãos e da comunidade relacionada à produção artesanal. O reconhecimento de um artesão advém de sua capacidade de execução de produtos de elevado padrão de qualidade. Ao mesmo

tempo em que a natureza do trabalho artesanal limita a organização artesanal em um rol de ações possíveis, também a habilita a um rol de opções não comuns a outros tipos de organizações. Não crescer é uma dessas escolhas possíveis.

O crescimento organizacional é, para a organização artesanal, uma possibilidade, não uma preocupação. É uma possibilidade, porque não há restrição imposta ao crescimento, contudo não bem aceita por artesões, uma vez que favorece o afastamento da lógica do trabalho artesanal diante do aparecimento de valores diferentes daqueles que constituem o trabalho artesanal, como foco no mercado e não no objeto.

Referências

- ACHTENHAGEN, L.; NALDI, L.; MELIN, L. “Business Growth” - Do Practitioners and Scholars Really Talk About the Same Thing? **Entrepreneurship Theory and Practice (March)**, v. 34, p. 289-316, mar. 2010.
- ADAMSON, G. **Thinking Through Craft**. Oxford: Berg Publishers, 2007.
- ALBUQUERQUE, A. F.; ESCRIVÃO FILHO, E. Fatores de mortalidade de pequenas empresas: uma análise da produção acadêmica no período 2000-2010. In: Encontro de Estudos em Estratégia (3Es), 2011, Bento Gonçalves. **V Encontro de Estudos em Estratégia (3Es)**. Bento Gonçalves: 2011. v. 5.
- ANGROSINO, M.; FLICK, U. (Coord.). **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- ANSOFF, H. I. **Corporate strategy: an analytic approach to business policy for growth and expansion**. New York: McGraw-Hill. 1965.
- ARGAN, G. C. **Arte moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- AYRES, R. U. **Turning point: the end of the growth paradigm**. Nova Iorque: Earthscan, 1998.
- BARNEY, J. **Gaining and sustained competitive advantage**. Massachusetts: Addison-Wesley. 1996
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BERGER, P. B.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. São Paulo: Vozes, 2003.
- BECKER, H. S. Arts and crafts. **The American Journal of Sociology**. v. 83, n. 4, p. 862-889, jan. 1978
- BOFF, L. **Sustentabilidade: O que é - o que não é**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BRASIL. Portal Brasil. **Mapa das micro e pequenas empresas**. Disponível em: <<http://goo.gl/ICHA6v>> Acesso em: 12 dez. 2014
- CARTER, R.; AUKEN, H. V. Small firm bankruptcy. **Journal of Small Business Management**. v. 44, n.4, p.493-512, 2006.
- CECHIN, A. **A natureza como limite da economia: a contribuição de Nicholas Georgescu-Roegen**. São Paulo: Edusp e Editora do Senac, 2010.
- COMTE, A. Curso de filosofia positiva. **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

- DELMAR, F. Measuring growth: Methodological considerations and empirical results. In: Donckels, R.; A. Miettinen, A. (Eds.), **Entrepreneurship and SME research: On its way to the new millennium**. Aldershot: Ashgate. 1997. p. 199–216
- DIAS, T.; CARIO, S. A. F. **A relação entre Estado e sociedade no Século 21: a perspectiva paraeconômica como estratégia neodesenvolvimentista**. Desenvolvimento em Questão, v. 12, n. 27, p. 370-403, 2014.
- DORMER, P. **The culture of craft**. Manchester: Manchester University Press, 1997.
- DOUTHWAITE, R. J. **The growth illusion: how economic growth has enriched the few, impoverished the many and endangered the planet**. Dublin: The Lilliput Press Ltd., 1992.
- DURHAM, E. R.; **Bronislaw Malinowski: antropologia**. São Paulo: Atica, 1986.
- ELKINGTON, J. **Cannibals with Forks: the triple bottom line of 21st Century business**. Oxford: Capstone, 1997.
- FRIEDLAND, R.; ALFORD, R. R. Bringing society back in: symbols, practices, and institutional contradictions. In: Powell, W.; DiMaggio, P. (Ed). **The new institutionalism in organizational analysis**. Chicago: The University of Chicago Press. 1991. p. 232-263.
- GLASER, B. G.; STRAUSS, A. L. **The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research**. New Jersey: Aldine Transaction, 1967.
- GREENWOOD, R. et al. Introdução In: ____ (Eds.). **Sage Handbook of Organizational Institutionalism**. London: Sage. 2008. p. 648-670
- HALL, R. **Organizations: structure, processes, and outcomes**. 8. ed. New Jersey: Prentice Hall, 2001
- HOBBSAWM, E. J. **A era do capital**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996
- HARTOG, F. Tempo e patrimônio. **Varia História**, v. 22, n. 36, p. 262-273, 2006.
- HARVARD, Business Review. **Harvard business review on strategies for growth**. Boston, MA: Harvard Business School Press. 1998.
- JACKSON, T. **Prosperity without Growth: economics for a finite planet**. London, Earthscan, 2009.
- JANSO, H. W. **Iniciação a História da Arte**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- KIMBERLY, J.R. Organizational size and the structuralist perspective: A review, critique and proposal. **Administrative Science Quarterly**, v. 21, n. 4, p. 571-597, 1976.
- LATOUCHE, S. **Farewell to growth**. Cambridge: Polity. 2009.
- _____, S. **Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno**. São Paulo: Editora WMF, 2009b.
- MEADOWS, D. H.; MEADOWS, D. L.; RANDERS, J. **Os Limites do Crescimento: um relatório para o Projeto Clube de Roma sobre o Estado da Humanidade**. New York: Universe Books, 1972.
- MEYER, J.; ROWAN, B. Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. **American Journal of Sociology**. v. 83, n. 2, p. 340-363, 1977.
- MINTZBERG, H. **The rise and fall of strategic planning: reconceiving roles for planning, plans, planners**. New York; Toronto: Free Press; Maxwell Macmillan Canada. 1994
- MORGAN, G. **Imagens da organização**. 1.ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- MORRISON, A.; BREEN, J.; ALI, S. Small Business Growth: intention, ability e opportunity. **Journal of Small Business Management**. v. 41, n. 4, p. 417-425, 2003.

- MORSE, J. M. Sampling in Grounded Theory. In: BRYANT, A.; CHARMAZ, K. (Eds.). **The Sage Handbook of Grounded Theory**. London: Sage, 2007, p. 229-244.
- MOUZELIS, Nicos P. **Organization and bureaucracy: an analysis of modern theories**. Chicago, Illinois: Aldine Publishing Company, 1969.
- PENROSE, E. T. **The theory of the growth of the firm**. New York: Wiley. 1959.
- POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- PORTER, M. E. **Competitive strategy: techniques for analyzing industries and competitors**. New York: Free Press. 1980.
- PRESTES MOTTA, F. C. P.; BRESSER PEREIRA, L. C. **Introdução à organização burocrática**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- ROSSONI, L. O Que é Legitimidade Organizacional?. In: EnEO, 2012, Curitiba. **Anais....** Rio de Janeiro: ANPAD, 2012. p. 1-16.
- ROWLEY, S. "There once lived"...: craft and narrative tradition. In: _____(Ed.). **Craft and contemporary theory**. Sidney: Allen & Unwin, 1997.
- SACHS, W. **The development dictionary: a guide to knowledge as power**. London: Zed Books, 2010.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 12 ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- SCHUMACHER, E. F. **Small is beautiful: economics as if people mattered**. New York: Harper e Row. 1973
- SCOTT, W. **Institutions and organizations**. 2. ed. London: Sage, 2001.
- _____, W. R. **Organizations: rational, natural, and open systems**. 5. ed. New Jersey: Prentice Hall, 2003.
- SEARLE, J.R. What is institution? **Journal of Institutional Economics**, Berkeley, 2005.
- SEIFERT, R. E.; VIZEU, F. Crescimento Organizacional: uma Ideologia Gerencial? **Revista de Administração Contemporânea**, v. 19, n. 1, p. 127-141. Recuperado de: <http://www.anpad.org.br/periodicos/arq_pdf/a_1550.pdf.> 2015.
- SENNETT, R. **O artífice**. São Paulo: Record, 2013.
- STARBUCK, W. H. Organizational growth and development. In: W. H. Starbuck (Ed.), **Organizational growth and development**. Harmondsworth: Penguin Books. 1971. p. 11-141.
- STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. Porto Alegre: Artmed, 2008
- THORNTON, P. H.; JONES, C.; KURY, K. Institutional logics and institutional change in organizations: Transformation in accounting, architecture, and publishing. **Research in the Sociology of Organizations**, v. 23, p. 125–170, 2005.
- TUCHMAN, G. Historical social science: methodologies, methods, and meanings. In: DENZIN, N.; LINCOLN, Y. (Ed) **Handbook of Qualitative Research**. London: Sage, 1994. p. 306-323.
- VICTOR, P. A. **Managing Without Growth: slower by design, not disaster**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 2008.
- VIZEU, F.; MENEGHETTI, F. K.; SEIFERT, R. E. Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. **Cadernos EBAPE**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 569-583, set. 2012.

WEBER, M. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

WEINZIMMER, L. G.; NYSTROM, P. C.; FREEMAN, S. J. Measuring organizational growth: Issues, consequences and guidelines. **Journal of Management**, v. 24, p. 235-262, 1998

WI. **Worldwatch Institute (The state of the world)**: 2013. Disponível em: <<http://www.worldwatch.org.br/EstadodoMundo2013.pdf>> Acesso em: 05 maio 2014.